

1 **Abertura** – Às 09hs30min do dia 16 de novembro de 2006, no auditório do Centro de
2 Treinamento do IBAMA, sediado no Setor de Autarquias Sul, QD 05 Bloco “H” - 6º andar,
3 sala 601, Brasília-DF, teve início a terceira reunião ordinária da Comissão Nacional de
4 Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Estiveram
5 presentes: **Pedro Ramos de Souza** (titular) e **Célia Regina das Neves Favacho**
6 (suplente) representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS; **Márcia Guelpa**
7 (titular) representante da Associação de Preservação da Cultura Cigana - APRECI; **José**
8 **Carlos da Silva** (suplente) representante do Centro de Estudos e Discussão Romani –
9 CEDRO; **Patrícia Stur** (titular) representante da Associação dos Moradores, Amigos e
10 Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas - AMAPPAB; **Alberto Catanhede**
11 **Lopes** (titular) representante do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; **Valmir Parintintin**
12 (titular) representante da Coordenação das Organização Indígenas da Amazônia
13 Brasileira - COIAB; **José Barbosa dos Santos** (suplente) representante da Articulação
14 dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo - APOINME;
15 **Acir Túlio** (titular) representante da Rede Faxinal; **Hamilton José da Silva** (suplente)
16 representante da Rede Faxinal; **Renato Alves Rios** (titular) representante da Associação
17 de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas - AMAS; **Raquel Pereira da Silva Santos**
18 (suplente) representante da Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas - AMAS;
19 **Josilene Brandão da Costa** (titular) representante da Coordenação Nacional de
20 Articulação das Comunidade Negras Rurais Quilombolas - CONAQ; **Jhonny Martins de**
21 **Jesus** (suplente) representante da Coordenação Nacional de Articulação das
22 Comunidade Negras Rurais Quilombolas -CONAQ; **Benedito Pereira** (titular) e **Ernando**
23 **Ferreira Pinto** (suplente) representantes do Movimento Nacional de Pescadores –
24 MONAPE; **Braulino Caetano dos Santos** (titular) representante da Rede Cerrado;
25 **Valdivino Rodrigues de Souza** (titular) representante da Coordenação Estadual de
26 Fundo de Pasto do Estado da Bahia; **Carlos Eduardo Cardoso Lima** (suplente)
27 representante da Coordenação Estadual de Fundo de Pasto da Bahia; **Cláudia Regina**
28 **Sala de Pinho** (titular) representante do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e
29 Desenvolvimento Sustentável - FORMAD; **Dauro Marcos do Prado** (titular) representante
30 da Rede Caiçara de Cultura, **Raimundo Konmannanjy** (titular) representante da
31 Associação Cultura de Preservação do Patrimônio Bantu - ACBANTU; **Américo José**
32 **Córdula Teixeira** (titular) representante do Ministério da Cultura; **Márcia da Mota Pinto**
33 (suplente) representante do Ministério do Trabalho e Emprego; **Andréia Michele do**

34 **Nascimento** (titular) representante do Ministério de Ciência e Tecnologia; **Paulo Oliveira**
35 **Junior** (titular) representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos
36 Naturais Renováveis; **Marco Antônio Rodrigues Pinto** (suplente) representante da
37 Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; **Rosane de Mattos** (titular) e
38 **Wanderley Dias Cardoso** (suplente) representantes da Fundação Nacional do Índio;
39 **Paula Balduino de Melo** (suplente) representante do Ministério do Desenvolvimento
40 Agrário; **Aderval Costa Filho** (suplente) representante do Ministério do Desenvolvimento
41 Social e Combate à Fome e **Jorg Zimmermann** (suplente) representante do Ministério do
42 Meio Ambiente. Participaram ainda: **Roberto Alves de Almeida** (INCRA); **Martinho**
43 **Anomade** (FUNAI/CGDC); **Ivonete Carvalho** (SEPPIR); **Julia Otero** (SAIP/MDS); **Leslye**
44 **Ursini Bonbonatto** (MDA); **Lucila B. Beato** (SE/MDS); **Otília Carvalho** (SENARC/MDS);
45 Rodrigo Padua R. Chaves (SAIP/MDS); Maria Eliza Guedes Viana (SAIP/MDS); Aline
46 Tissot (SAIP/MDS); **Deis Siqueira** (CNPT/IBAMA); **Gustavo Trindade** (CONJUR/MMA);
47 **Kátia Favilla** (SCA/MMA); **Silvana Macedo** (SCA/MMA); **Teresa Cristina Moreira**
48 (SDS/MMA); **Sandra T. Faillace** (SDS/MMA); **Claudia Maria Calorio** (SDS/MMA);
49 **Alberto Silva** (SBF/MMA) e **Márcio Gomes** (PATRI). A pauta da reunião compreendeu
50 os seguintes itens: I. ABERTURA; II. INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS; II.1 – Leitura e
51 aprovação da Pauta da 3a Reunião Ordinária; II.2 – Aprovação da Ata da 2a Reunião
52 Ordinária; III – ORDEM DO DIA; III.3 – Apresentação dos resultados gerais das
53 Oficinas Regionais para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos
54 Povos e Comunidades Tradicionais; III.4 – Apreciação e votação do texto final para
55 a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades
56 Tradicionais; IV – ASSUNTOS DE ORDEM GERAL: IV.6 - Informe gerais; IV.7 –
57 Palavra aberta aos Membros; IV.8 – Encerramento. Compuseram a mesa de abertura o
58 Sr. **Gilney Viana** e o Sr. **Jorg Zimmermann** representantes do Ministério do Meio
59 Ambiente; Sr. **Aderval Costa Filho**, representante do Ministério do Desenvolvimento
60 Social e Combate à Fome; Sr. **Paulo Oliveira Junior**, Diretor de Desenvolvimento
61 Socioambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
62 – IBAMA e o Sr. **Gustavo Trindade**, Consultor Jurídico do Ministério do Meio Ambiente.
63 Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Aderval Costa Filho** e secretariados pelo Sr.
64 **Jorg Zimmermann** o qual iniciou a reunião às 10h30min, dando as boas vindas e
65 passando a palavra aos demais componentes da mesa. O Sr. **Paulo Oliveira** informou
66 que o Centro Nacional de Populações e Comunidades Tradicionais (CNPT) fez uma

67 reunião técnica para a definição de procedimento e legislação a respeito da criação e
68 implementação de Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento
69 Sustentável (RDS), sob a gestão da Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental
70 (DISAM) do IBAMA, e que entre os dias 26 de novembro e 01 de dezembro seria
71 realizado o Encontro Nacional de Lideranças Comunitárias em RESEX e RDS, com o
72 objetivo de discutir e carimbar propostas de regulamentação para estas categorias.
73 Ressaltou ainda que o evento contará com um grupo de trabalho específico sobre o
74 Conselho Consultivo do CNPT, cuja finalidade será definir qual o papel do Conselho
75 Consultivo com a inserção do Centro na DISAM/IBAMA. Neste sentido gostaria de contar
76 com a participação dos membros da Comissão Nacional, destacando que já foram
77 contatados: CNS, GTA, MONAPE e a CONTAG. Item II.2 – Leitura da ata da 2ª Reunião
78 Ordinária da CNPCT: Dando continuidade aos trabalhos o **Sr. Jorg Zimmermann**
79 solicitou à Sra. **Teresa C. Moreira**, assessora técnica da Secretaria Executiva, que
80 esclarecesse os presentes quanto à questão da ata da 2ª Reunião Ordinária, sendo que a
81 mesma informou que devido ao processo de relatoria da 2ª Reunião ter sido realizado por
82 três técnicos diferentes e pelo fato da reunião não ter tido registro de áudio, não foi
83 possível reunir todas as informações a tempo de que a ata pudesse estar integralmente
84 pronta nesta reunião. Informou ainda que as atas da 2ª e da 3ª Reunião Ordinária
85 poderiam ser apresentadas para apreciação e votação durante a 4ª Reunião Ordinária da
86 CNPCT. O **Sr. Jorg Zimmermann** ainda destacou que seria possível, caso fosse o
87 desejo dos presentes de que se fizesse a leitura parcial da ata da 2ª Reunião Ordinária,
88 deixando para a próxima reunião a sua aprovação. Entretanto, ressaltou que não via
89 sentido neste procedimento. Quanto ao item II.1 o Sr. **Jorg Zimmermann** e o Sr. **Aderval**
90 **Costa Filho** propuseram uma alteração no ponto III - da ordem do dia - com a inclusão
91 de um novo item na pauta, a qual passaria a ter a seguinte configuração: **III.3 –**
92 **Apresentação dos resultados gerais das Oficinas Regionais para a Política Nacional**
93 **de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; III.4 –**
94 **Apresentação e avaliação das estratégias de encaminhamento da Política Nacional**
95 **de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; III.5 -**
96 **Apreciação e votação do texto final para a Política Nacional de Desenvolvimento**
97 **Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; O Sr. Aderval Costa Filho**
98 afirmou que considerava necessário o debate de alguns dados antes da apreciação e
99 votação do texto final da Política Nacional. O Sr. **Jorg Zimmermann** questionou aos

100 presentes se havia alguma oposição à proposta de inclusão do novo item da pauta, e se
101 havia mais algum item a ser acrescentado pelos presentes, tendo a proposta de inclusão
102 sido aceita pelos presentes sem objeções. Não houve outras proposta de inclusão. O Sr.
103 **Hamilton José da Silva**, propôs que os informes gerais incluíssem os eventos que estão
104 em curso, e aqueles realizados entre uma reunião e outra da Comissão, mencionando
105 como exemplo a Feira que seria realizada no Paraná com os faxinalenses e a reunião do
106 PNAP – já realizada – para a qual foram tirados representantes da CNPCT durante a 1a
107 Reunião Ordinária. O Sr. **Jorg Zimmermann** dando seguimento aos trabalhos desfez a
108 mesa de abertura, informando que entre os dias 23 e 26 de novembro estará ocorrendo o
109 Encontro Nacional dos Povos do Cerrado, e que o convite se estendia para todos os
110 participantes da CNPCT, sendo que o Sr. **Braulino Caetano dos Santos** – representante
111 da REDE CERRADO - poderia dar melhores informações sobre o evento. Quanto ao item
112 III.3, da Ordem do Dia, o Sr. **Aderval Costa Filho** passou a palavra para Sra. **Teresa**
113 **Cristina Moreira** que passou à **apresentação dos resultados gerais das Oficinas**
114 **Regionais para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e**
115 **Comunidades Tradicionais**, informando que os gráficos apresentados durante a plenária
116 seriam encaminhados por via eletrônica, tendo em vista que não havia sido possível
117 elaborar cópias coloridas para os senhores membros tendo em vista a restrição das cotas
118 para impressão colorida nos Ministérios. Informou também que o processo de avaliação
119 das Oficinas Regionais ocorreu por meio de fichas de avaliação entregues aos
120 participantes das oficinas, as quais incluíam submetiam à avaliação os seguintes itens:
121 alcance dos objetivo; a metodologia utilizada; a distribuição do tempo; a apresentação da
122 política nacional; as discussões em plenária; os grupos de trabalho; a atuação dos
123 facilitadores; a participação do público; o apoio logístico e as atividades lúdicas. Teresa
124 Moreira esclareceu que a apresentação iria se restringir à análise geral do conjunto das
125 Oficinas Regionais, embora o trabalho de sistematização tivesse sido realizado, também,
126 de forma individualizada por Oficina. Informou que as Oficinas Regionais contaram com a
127 participação de aproximadamente trezentas e vinte pessoas, dentre as quais cerca de
128 sessenta a setenta por cento dos participantes preencheram e entregaram suas fichas de
129 avaliação. Teresa Moreira informou que, de modo geral, dentre os participantes, cerca de
130 cinqüenta a setenta por cento consideraram ÓTIMO a avaliação da maior parte dos itens
131 mencionados anteriormente, sendo que os demais participantes avaliaram os mesmos
132 itens como BOM. Destacou ainda que alguns itens tiveram avaliação mais baixa., a

133 exemplo da distribuição do tempo e da discussão em plenária que foram avaliadas como
134 REGULARES. Menos de vinte por cento dos participantes considerou REGULARES a
135 participação do público e as atividades lúdicas. A Sra. **Teresa Moreira** destacou que de
136 modo geral a avaliação dos participantes das Oficinas Regionais foi muito boa e que seria
137 importante maior atenção, para os próximos eventos, quanto aos itens considerados
138 REGULARES. O Sr. **Pedro Ramos de Souza** sugeriu que o material a ser encaminhado
139 eletronicamente não fosse apresentado em barras coloridas em razão da maior parte dos
140 membros utilizam impressoras não coloridas, pois são mais econômicas. A Sra. **Teresa**
141 **Moreira** informou que os gráficos serão convertidos para supressão do problema e que
142 também poderiam ser encaminhadas tabelas contendo todos os dados apresentados. O
143 Sr. **Pedro Ramos de Souza** sugeriu que além da avaliação apresentada fosse aberta a
144 palavra para que os membros da Comissão Nacional apresentassem também os seus
145 pontos de vista. O Sr. **Raimundo Komannanjy** declarou que os povos de terreiro se
146 entiram prejudicados em razão da perda de informações ter impossibilitado a participação
147 de representantes destes povos. Lamentou a baixo número de participantes da oficina do
148 Acre e destacou ter considerado ótima a participação do povo na oficina de Paulo Afonso.
149 O Sr. **Pedro Ramos de Souza** informou que durante a Oficina de Belém houve algum
150 debate e diversas interpretações sobre como deveria ser conduzida a plenária, sendo que
151 ao final a proposta original foi aceita. Entretanto, considerava o ocorrido uma lição que
152 mereceria melhor discussão da metodologia de reuniões futuras uma vez que, de maneira
153 geral, as plenárias sempre tem a palavra final, e não os grupos de trabalho. Também
154 ressaltou ter considerado a oficina de Paulo Afonso ótima. O Sr. **Hamilton José da Silva**,
155 destacou que na oficina de Curitiba proporcionou uma maior abertura para a participação
156 das mulheres faxinalenses, o que considerou ótimo, uma vez que os faxinais vêm
157 desenvolvendo outras atividades quanto à questão de gênero, e que considerou que as
158 oficinas além de proporcionarem a apresentação de propostas quanto à elaboração de
159 políticas públicas, também tinham constituído um espaço de aprendizado. Destacou ainda
160 a importância da questão fundiária para os faxinais e que é impossível desenvolver
161 qualquer política sem investir e encontrar uma solução para esta questão e para as
162 questões legais que atualmente geram impedimentos, devendo a Comissão dar uma
163 forma de encaminhamento para isso. O Sr. **Braulino Caetano dos Santos** observou que
164 considerava, com relação à oficina de Paulo Afonso, não houve muito espaço para a
165 questão do Cerrado e de seus recursos naturais e que considerava necessário que isso

166 fosse revertido no momento de elaboração dos Planos de Ação. O Sr. **Alberto**
167 **Cantanhede** mencionou que em outro evento, realizado em São Luiz do Maranhão e
168 organizado pelo Movimento de Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, o qual
169 também envolveu populações tradicionais, também foi abordada a situação fundiária. Que
170 embora o Maranhão tenha avançado com a “Lei do Babaçu Livre” a situação se agrava
171 cada vez mais, devendo-se levar em conta o problema enfrentado pelos pescadores, pois
172 estes estão em locais privilegiados do ponto de vista ambiental e paisagístico,
173 demandando uma ação mais consistente e maiores alianças dentro do próprio Governo,
174 incluindo não só os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social e
175 Combate à Fome, mas também outros Ministérios que estejam envolvidos com a questão
176 da propriedade da terra e com o planejamento do país. Ainda com relação à impressões
177 relacionadas às Oficinas Regionais realizadas, o Sr. **Aderval Costa Filho**, destacou
178 algumas dificuldades, entre elas a falta de capilaridade de algumas representações
179 nacionais da CNPCT, o que gerou dificuldades para alguns setores no momento de
180 indicar representantes regionais para participação nos eventos. Lembrou ainda que
181 alguns dos participantes indicados não estavam totalmente informados a respeito do que
182 seria tratado durante os eventos, pois havia faltado um trabalho preliminar dos
183 mobilizadores. Também destacou que muitas pessoas indicadas para a participar das
184 oficinas estavam envolvidos com processos locais no mesmo período, a exemplo das
185 comunidades de terreiro de São Luis que não puderam comparecer à Oficina de Belém
186 em razão de celebrações locais. Por sua vez, no que diz respeito aos povos indígenas,
187 houve certa dificuldade quanto às indicações de representantes do sul, pois a COIAB e a
188 APOINME, não possuem representações para a região uma vez que tem atuação na
189 região Norte, Nordeste e Sudeste (MG e ES). O Sr. **Jorg Zimmermann** mencionou a
190 importância de se definir os caminhos futuros para a Política Nacional de
191 Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, lembrando
192 retomando os resultados do encontro de Luziânia – DF, ocorrido em 2004, e que o
193 processo de construção da Política foi realmente importante no sentido de se estabelecer
194 o diálogo e a consciência da diversidade. Informou que foram preparados diversos
195 documentos para subsidiar a Comissão durante esta reunião, entre eles uma versão
196 contendo uma compilação de todas as propostas apresentadas durante as oficinas
197 regionais; um versão contendo a consolidação destas propostas. Informou que estes
198 documentos subsidiarão a elaboração da proposta de Decreto que instituirá a PNPCT,

199 sendo necessário, neste momento, que a Comissão Nacional, com base nas questões
200 técnicas e políticas envolvidas, decida qual a abrangência a ser dada pelo documento
201 nesta reunião. A este respeito o **Sr. Gustavo Trindade**, consultor jurídico do Ministério do
202 Meio Ambiente, destacou o interesse dos Ministério do Meio Ambiente e do
203 Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e em especial dos Ministros envolvidos, na
204 efetivação de uma PNPCT, e de que este processo seja ágil. O **Sr. Gustavo Trindade**
205 ainda prestou esclarecimentos quanto ao processo necessário para a publicação de um
206 Decreto, desde a análise pelos Ministérios responsáveis pela apresentação da proposta à
207 Casa Civil da Presidência da República, até a análise interna naquela casa, a qual
208 envolve questões de foro jurídico e político. Destacou que dois aspectos deveriam ser
209 considerados para uma decisão da Comissão sobre quais caminhos tomar: em primeiro
210 lugar, via de regra, é praxe que todos os órgãos cujas atribuições estejam envolvidas pela
211 norma que se quer publicar sejam chamados a se manifestar antes da publicação; o
212 segundo ponto diz respeito à característica genérica que reveste as Políticas Nacionais,
213 as quais, via de regra, não entram em detalhes ou particularidades específicas para sua
214 implementação. Neste sentido, o **Sr. Gustavo Trindade** sugeriu que o texto do Decreto
215 expressasse os objetivos gerais da Política estabelecendo que o que foi discutido durante
216 as oficinas e apontado pelas comunidades tradicionais, seja estabelecido e implementado
217 através de planos de trabalho debatidos no âmbito da própria Comissão Nacional. O **Sr.**
218 **Aderval Costa Filho** informou ainda que a Consultoria Jurídica do Ministério do
219 Desenvolvimento Social e Combate à Fome havia feito uma análise preliminar do
220 documento e se manifestado no mesmo sentido que a Consultoria Jurídica do Ministério
221 do Meio Ambiente, reforçando a importância de uma decisão conjunta por parte dos
222 membros da Comissão Nacional, também esclareceu que a proposta de Decreto a ser
223 debatida neste fórum incluía a obrigatoriedade por parte da Comissão Nacional de, no
224 prazo de cento e oitenta dias, dar publicidade aos resultados das oficinas; elaborar um
225 plano de ação para a implementação da PNPCT e propor um Programa Multi-setorial a
226 ser implementado no âmbito do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal para o
227 período de 2008 a 2011. Ressaltou ainda que as negociações do PPA se dão em nível
228 governamental, por volta do mês de março, fazendo-se necessária a elaboração do plano
229 de ação antes deste prazo. A **Sra. Teresa Moreira** lembrou ainda que as ações de um
230 plano ou programa deverão ser negociadas com as pastas competentes, e que tais
231 negociações pontuais teriam na própria Comissão Nacional um foro privilegiado, uma vez

232 que a mesma é composta por 15 órgãos governamentais que, em sua maioria possuem
233 competência sobre as principais questões apontadas para a constituição da PNPCT. O
234 Sr. **Gilney Viana**, falou sobre a importância da instituição da Comissão como espaço
235 oportuno para se trabalhar sobre o *deficit* gerado pela ausência de uma iniciativa como
236 esta no que diz respeito aos direitos de povos e comunidades tradicionais no Brasil,
237 mencionando como exemplo as dificuldades enfrentadas no campo da transferência de
238 recursos públicos para o apoio a atividades comunitárias, e o interesse do Ministério do
239 Meio Ambiente em propor uma alternativa sobre o assunto. Por fim, reafirmou a
240 importância de uma tomada de decisão por parte da Comissão quanto aos
241 encaminhamentos a serem dados a respeito da PNCPT. A sessão foi encerrada às 12:50.
242 As 14:20 o Sr. **Aderval Costa Filho** deu início aos trabalhos da tarde, passando a palavra
243 ao Sr. Alberto Jorge Silva, da Diretoria do Programa Nacional de Conservação da
244 Biodiversidade da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio
245 Ambiente, o qual informou sobre o seminário a ser realizado pelo Grupo de Trabalho
246 Interministerial para elaboração do Programa Nacional de Plantas Medicinais e
247 Fitoterápicos, cujo público alvo será a agricultura familiar; reforma agrária e povos e
248 comunidades tradicionais, ressaltando a importância da participação da Comissão
249 Nacional neste processo, informando a existência de quatro vagas para representantes da
250 Comissão Nacional, cuja permanência até a realização do evento seria custeada pelo
251 Ministério do Meio Ambiente, e as despesas do período pela organização do evento.
252 Encerrado o informe o Sr. **Aderval Costa Filho** retomou os encaminhamentos relativos à
253 elaboração de uma proposta de Decreto instituindo a Política Nacional de
254 Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com o seguinte
255 conteúdo: princípios gerais; objetivo geral; objetivos específicos; instrumentos e
256 implementação e disposições finais, a ser elaborado com base nas propostas
257 apresentadas pelos representantes de povos e comunidades tradicionais durante as
258 Oficinas Regionais ocorridas no período de 13 a 23 de setembro de 2006. Tal proposta foi
259 posta em votação, tendo obtido os seguintes votos favoráveis: Ministério do
260 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do
261 Trabalho; Ministério de Ciência e Tecnologia; Fundação Nacional do Índio; Conselho
262 Nacional dos Seringueiros; Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas;
263 Coordenação de Fundos de Pasto do Estado da Bahia; Coordenação Nacional de
264 Comunidades Rurais Quilombolas – CONAQ; Grupo de Trabalho Amazônico – GTA;

265 Rede Faxinais; Movimento Nacional de Pescadores; Associação Cultural de Preservação
266 do Patrimônio Bantu; Associação de Preservação da Cultura Cigana – APRECI;
267 Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas
268 Brancas; Articulação dos Povos e Organizações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e
269 Espírito Santo; Fórum Mato Grossense de Desenvolvimento Sustentável; Rede Cerado e
270 Rede Caiçara. Dando prosseguimento à Ordem do Dia, o Sr. **Aderval Costa Filho** propôs
271 que se desse início às atividades prevista pelo item III.5 - **Apreciação e votação do texto**
272 **final para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e**
273 **Comunidades Tradicionais**, propondo como metodologia que os presentes se
274 dividissem em quatro grupos de trabalho, sendo que cada grupo ficaria responsável pela
275 análise dos objetivos e diretrizes de um dos quatro eixos temáticos resultantes do
276 processo de consolidação dos resultados das Oficinas Regionais, devendo definir qual
277 das propostas de texto apresentadas deveria ser acatada pela CNPCT e verificando se
278 dentre as diretrizes propostas haveria alguma a ser transformada em objetivo específico
279 da Política, além dos originalmente propostos, em razão de sua relevância, além das
280 correções e adequações que se fizerem necessárias durante a análise. Feitas as análise
281 cada grupo apresentará seus resultados em Plenária para aprovação dos objetivos
282 específicos e diretrizes para a implementação da PNPCT, passando então para a análise,
283 debate e votação da proposta de Decreto para a instituição da PNPCT. A Sra. **Teresa**
284 **Moreira** informou aos presentes que em virtude do Eixo Temático: Inclusão Social possuir
285 muitos objetivos e diretrizes o melhor seria que o mesmo fosse dividido entre dois grupo,
286 passando-se assim a cinco grupos e não quatro. Os trabalhos em grupo foram realizados
287 no período vespertino do dia 16 e início da manhã do dia 17 de novembro de 2006.
288 Concluídos os trabalhos de Grupo os senhores relatores foram convidados apresentar os
289 resultados dos trabalhos os quais foram submetidos à apreciação da Plenária da CNPCT.
290 Foram relatores dos Eixos de Infra-estrutura; Fomento; Acesso aos Territórios; Inclusão
291 Social I e Inclusão Social II, respectivamente: **Leslye Ursini; Silvana Macedo; Teresa**
292 **Moreira; Rodrigo Chaves e Sandra Faillace**. Feitos os relatos e acrescidas as
293 modificações e adequações solicitadas pelos senhores membros, a Senhora Teresa
294 Moreira propôs que o texto de consolidação dos resultados das Oficinas Regionais para a
295 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades
296 Tradicionais fosse submetido à votação. Votaram favoravelmente à aprovação do texto
297 consolidado: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio

298 Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional dos Seringueiros;
299 Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas; Coordenação de Fundos de Pasto
300 do Estado da Bahia; Coordenação Nacional de Comunidades Rurais Quilombolas –
301 CONAQ; Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; Rede Faxinais; Movimento Nacional de
302 Pescadores; Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu; Associação de
303 Preservação da Cultura Cigana – APRECI; Articulação dos Povos e Organizações
304 indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Fórum Mato Grossense de
305 Desenvolvimento Sustentável; Rede Cerrado e Rede Caiçara de Cultura. Não houve
306 votos contrários ou abstenções. Dando prosseguimento aos trabalhos referentes ao **item**
307 **III.5** – a Sra. **Teresa Moreira** fez a leitura do texto proposto pela Consultoria Jurídica do
308 Ministério do Meio Ambiente para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável
309 dos Povos e Comunidades Tradicionais, acrescida das propostas de inclusão de novos
310 objetivos específicos feito pelos grupos de trabalho e acatados pela Comissão Nacional.
311 Terminados os debates e acrescidas as propostas feitas pela Plenária, o Sr. Aderval
312 Costa Filho submeteu a minuta de Decreto para instituição da PNPCT e o seu anexo
313 foram à votação, a qual obteve os seguintes votos favoráveis: Ministério de
314 Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do
315 Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional dos Seringueiros; Associação de Mulheres
316 Agricultoras Sindicalizadas; Coordenação de Fundos de Pasto do Estado da Bahia;
317 Coordenação Nacional de Comunidades Rurais Quilombolas – CONAQ; Grupo de
318 Trabalho Amazônico – GTA; Rede Faxinais; Movimento Nacional de Pescadores;
319 Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu; Associação de Preservação da
320 Cultura Cigana – APRECI; Articulação dos Povos e Organizações indígenas do Nordeste,
321 Minas Gerais e Espírito Santo; Fórum Mato Grossense de Desenvolvimento Sustentável;
322 Rede Cerrado e Rede Caiçara de Cultura. Não houve votos contrários ou abstenções.
323 Quanto ao item IV.6 – informe gerais, o Sr. **Aderval Costa Filho** informou a que a
324 Secretaria Executiva em conjunto com a Presidência da Comissão elaboraria uma
325 proposta de cronograma de atividades para o ano de 2007 tendo em vista as reuniões
326 ordinárias previstas e as para a execução das atividades decorrentes da publicação da
327 Política Nacional – elaboração do Plano Nacional e do Programa Nacional – assim que
328 ocorresse. Também mencionou a necessidade de outros órgãos governamentais e atores
329 relevantes fossem envolvidos no processo de elaboração do Plano e do Programa
330 Nacional. A Sra. **Teresa Moreira** informou por fim que os textos aprovados durante a

331 reunião serão encaminhados aos senhores membros tão logo tenham recebido sua
332 formatação final. Quanto ao **Item IV.7 – palavra aberta aos membros**, o Sr. **Maurício**
333 **Mercadante**, Diretor de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, solicitou a
334 palavra para informar aos membros que paralelamente aos trabalhos para a construção
335 da PNPCT, também está em construção o Plano Nacional de Áreas Protegidas, cuja
336 primeira reunião ocorreu nos dias 9 e 10 de novembro, a qual contou com a participação
337 de dois representantes dos povos e comunidades tradicionais – **Raimundo**
338 **Konmannanjy e Patrícia Stur** – declarando-se disposto a trabalhar pela integração
339 destas políticas públicas. Por fim, o Sr. **Jorg Zimmermann** informou que os
340 encaminhamentos quanto à tramitação do Decreto seriam dados do modo mais breve
341 possível, e quem em razão disso, há por parte do Ministério do Meio Ambiente a
342 expectativa de que o mesmo possa ser assinado no dia 13 de dezembro de 2006, durante
343 a cerimônia de entrega do Prêmio Chico Mendes previsto para esta data. E não havendo
344 mais manifestações, o Sr. **Jorg Zimmermann** deu por encerrada a reunião às 19h30min.
345 Eu, **Teresa Cristina Moreira**, por solicitação da Presidência, lavrei a presente ata.

346

347

348

349

350

Heliana Kátia Campos

Gilney Viana

351

Presidente

Secretário-Executivo

352 Sandra Faillace

353

354

355 , pas entáe à Esa e entre elas as a importância de Feita, a ata foi posta em votação tendo
356 sido aprovada. Dando início à apreciação da Ordem do Dia, o **Sr. Jorg Zimmermann**,
357 Secretário Executivo substituto, solicitou à **Sra. Josilene Brandão da Costa** que
358 procedesse à apresentação do item III.3 da pauta. A este respeito, a representante da
359 CONAQ informou que o Grupo de Coordenação foi eleito durante a 1ª Reunião Ordinária
360 para definir e operar as questões referentes à execução das Oficinas Regionais para a
361 Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades
362 Tradicionais, às quais será submetido o texto base resultante dos trabalhos realizados
363 pela Comissão durante esta segunda reunião. Informou também que os principais pontos
364 debatidos pelo Grupo de Coordenação, em sua reunião ocorrida nos dias 14 e 15 de
365 agosto em Brasília foram: a proposta metodológica; os critérios adotados para a
366 mobilização da sociedade civil e o papel dos membros da Comissão representantes dos
367 povos e comunidades tradicionais na execução das Oficinas. Quanto ao primeiro ponto,
368 mencionou que a metodologia proposta pela Secretaria Executiva foi considerada
369 bastante adequada, contudo, foi proposto pelos membros não-governamentais que a
370 fossem incluídos durante a programação momentos de confraternização e atividades
371 lúdicas, visando dar maior descontração aos eventos, uma vez que faz parte das
372 tradições dos povos e comunidades tradicionais que as atividades coletivas sejam
373 permeadas por estes momentos, o que daria maior leveza às atividades diante da elevada
374 carga de trabalho prevista para os eventos. Informou também que foi considerado
375 estratégico que os representantes de povos e comunidades tradicionais participassem
376 das equipes de coordenação e das equipes de execução das Oficinas, sendo que uma
377 das atribuições a serem assumidas seria, justamente, a realização das atividades lúdicas.
378 Neste sentido, quanto à participação dos representantes de povos e comunidades
379 tradicionais nas oficinas, foi definido que cada equipe teria, além de um Coordenador
380 Geral representante do Governo Federal, um Coordenador Adjunto representando
381 aqueles povos e comunidades. Além disso, também ficou definido que cada um dos
382 quatro grupos de trabalho a serem constituídos em cada uma das oficinas deveria ser
383 composto por um moderador, um relator e um coordenador de grupo, este último
384 obrigatoriamente um representante dos povos e comunidades tradicionais. Com relação

385 aos Coordenadores Adjuntos, a Sra. **Josilene Brandão** esclareceu que foi considerado
386 oportuno que estes fossem eleitos entre os membros não-governamentais que já
387 compunham o Grupo de Coordenação, o que foi bem aceito pela Plenária. Informou, por
388 fim, que com relação aos critérios adotados para a mobilização da sociedade civil, o
389 Grupo pensou estratégias que fossem adequadas à realidade de cada uma das regiões
390 onde seriam realizadas as Oficinas. Neste sentido, a distribuição das vagas foi pensada
391 tendo em consideração os grupos existentes em cada região, sua representatividade
392 regional e o nível de organização dos segmentos envolvidos. Em seguida, o **Sr. Aderval**
393 **Costa Filho**, passou para o próximo ponto da pauta, **Item III.4** – Apresentação sintética
394 da metodologia dos trabalhos em grupo. A apresentação foi feita pela **Sra. Sandra**
395 **Failace**, [gerente da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, do](#)
396 [Ministério do meio Ambiente](#), responsável pela proposta apresentada pela Secretaria
397 Executiva, a qual propôs que tal metodologia fosse aplicada durante os trabalhos de
398 apreciação do item III.5 a fim de que os membros da Comissão, bem como os técnicos
399 envolvidos tivessem a oportunidade de conhecer a metodologia proposta e sanar
400 eventuais dúvidas. A proposta foi aceita sem objeções pela plenária, razão pela qual os
401 senhores membro da Comissão passaram a se inscrever para um dos quatro grupos de
402 trabalho temáticos a serem formados no período da tarde. Na seqüência, o **Sr. Aderval**
403 **da Costa Filho**, propôs que se desse prosseguimento aos assuntos da pauta, passando
404 ao **Item III.5**. A **Sra. Leslye Ursini**, assessora técnica da Secretaria de Assuntos
405 Institucionais e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
406 passou a fazer uma leitura integral do texto-base consolidado pela Secretaria Executiva
407 para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades
408 Tradicionais. Esclareceu que tal leitura seria importante para que todos tivessem
409 conhecimento dos acréscimos apresentados pelos membros da comissão após a 1a
410 Reunião Ordinária, as quais foram encaminhadas pelas seguintes instituições: Fundação
411 Cultural Palmares; Fundação Nacional do Índio; Ministério do Desenvolvimento Agrário;
412 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente e
413 Coordenação dos Fundos de Pasto do Estado da Bahia. Finda a leitura do texto, os
414 presentes foram convidados a compor os grupos de trabalho, formados de acordo com os
415 eixos temáticos propostos para a política. Os trabalhos em grupo foram realizados até as
416 19h 20min do dia 30 de agosto, tendo continuidade das 9h 30min às 16h 40min do dia 31.
417 Às 17h 00min a sessão plenária foi retomada pelo **Sr. Jorg Zimmermann** que convocou

418 os grupos a apresentarem seus resultados. A **Sra. Sandra Faillace** ressaltou a
419 metodologia a ser adotada durante a plenária, esclarecendo que os grupos apresentariam
420 seus resultados, ~~indicando~~ ~~apresentando~~, inicialmente os pontos acordados e, por fim, os
421 pontos não consensuados no grupo. Ressaltou ~~por fim~~ que o papel da plenária não seria
422 ~~a o~~ de refazer o trabalho do grupo, mas sim ajudar os grupos a chegarem a um consenso
423 sobre os pontos em aberto, de forma que ao final da apresentação e debate sobre os
424 resultados de cada grupo, o bloco de propostas estivesse aprovado pela plenária. Apenas
425 pontos não abordados e considerados relevantes poderiam ser incluídos no texto durante
426 a plenária. Feitos estes esclarecimentos cada grupo apresentou seus resultados, tendo a
427 sessão se encerrado às 18h30min. Em 01 de setembro de 2006, os trabalhos foram
428 retomados às 9h30min, com a continuação da apresentação dos trabalhos em grupo,
429 seguindo-se o debate em plenária. Ao final da apresentação de todos os grupos o **Sr.**
430 **Jorg Zimmermann** propôs que se avançasse para a apreciação do próximo item da
431 pauta a fim de que fossem definidas as regras para o regime de votação na Comissão e
432 após este item, se retornasse para a votação do texto-base da PNPCT efetivamente.
433 Aceita a proposta, a **Sra. Teresa Cristina Moreira** fez a leitura do texto de Regimento
434 Interno para a Comissão Nacional proposto pela Secretaria Executiva, passando, na
435 seqüência, aos debates. Feitas e registradas as alterações propostas, o Sr. **Jorg**
436 **Zimmermann** colocou o texto em votação, o qual foi aprovado com os seguintes votos
437 favoráveis: **Pedro Ramos de Souza** (Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS); **José**
438 **Carlos da Silva** (Centro de Estudos e Discussão Romani – CEDRO); **Patrícia Stur**
439 **(AMAPPAB)**; **Valmir Parintintin** (COIAB); **Maria Adelina Alves de Souza** (MIQCB); **Acir**
440 **Túlio** (Rede Faxinal); **Josilene Brandão da Costa** (CONAQ); **Lucely Moraes Pio**
441 **(Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado)**; **Valdivino Rodrigues de Souza**
442 **(Coordenação Estadual de Fundo de Pasto)**; **Cláudia Regina Sala de Pinho** (FORMAD);
443 **Dauro Marcos do Prado** (Rede Caiçara de Cultura), **Raimundo Konmannanjy**
444 **(ACBANTU)**; **Rosane de Mattos** (FUNAI/CGDC); **Paula Balduino de Melo** (MDA);
445 **Raimunda Nonata Carlos Ferreira** (FUNASA); **Jorg Zimmermann** (SDS/MMA). Não
446 houve votos contrários ou abstenções. Retomando o item III.5, o Sr. Jorg Zimmermann
447 colocou em votação o texto-base para a Política Nacional de Desenvolvimento
448 Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a ser levado a público durante as
449 Oficinas Regionais de Rio Branco, Belém, Cuiabá, Curitiba e Paulo Afonso, o qual foi
450 aprovado com os seguintes votos favoráveis: **Pedro Ramos de Souza** (Conselho

451 Nacional dos Seringueiros – CNS); **José Carlos da Silva** (Centro de Estudos e
452 Discussão Romani – CEDRO); **Patrícia Stur** (AMAPPAB); **Valmir Parintintin** (COIAB);
453 **Maria Adelina Alves de Souza** (MIQCB); **Acir Túlio** (Rede Faxinal); **Josilene Brandão**
454 **da Costa** (CONAQ); **Lucely Moraes Pio** (Articulação Pacari de Plantas Medicinais do
455 Cerrado); **Valdivino Rodrigues de Souza** (Coordenação Estadual de Fundo de Pasto);
456 **Cláudia Regina Sala de Pinho** (FORMAD); **Dauro Marcos do Prado** (Rede Caiçara de
457 Cultura), **Raimundo Konmannanjy** (ACBANTU); **Rosane de Mattos** (FUNAI/CGDC);
458 **Paula Balduino de Melo** (MDA); **Raimunda Nonata Carlos Ferreira** (FUNASA); **Jorg**
459 **Zimmermann** (SDS/MMA). Não houve votos contrários ou abstenções. Dando
460 prosseguimento à pauta, relativamente ao item IV – Assuntos de Ordem Geral, o **Sr.**
461 **Aderval Costa Filho** passou ao ponto 7 – Informes gerais, convidou o **Sr. Alberto Silva**,
462 da Diretoria de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente a fazer
463 um informe sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e a Política
464 Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde. Quanto
465 à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, **Alberto Silva** fez uma
466 apresentação relatando o processo de instituição da mesma por meio do Decreto 5.813,
467 de 22 de julho de 2006, e o atual estágio dos trabalhos do Grupo de Trabalho
468 Interministerial - GTI, compostos pelos seguintes órgãos governamentais: Casa Civil da
469 Presidência da República; Ministério da Integração Nacional; Ministério do
470 Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Desenvolvimento Agrário;
471 Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura,
472 Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
473 Ministério da Cultura; Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Fundação
474 Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Alberto Silva esclareceu ainda que o GTI tem entre suas
475 principais atribuições a elaboração de um Programa Nacional de Plantas Medicinais e
476 Fitoterápicos, enfatizando a importância da participação dos povos e comunidades
477 tradicionais, razão pela qual os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento
478 Agrário estão propondo ~~a realização de~~ seminário a ser realizado na primeira quinzena
479 de setembro do presente ano, com representantes dos povos e comunidades tradicionais,
480 visando obter subsídios para a elaboração do PNPMF, uma vez que o GTI não conta com
481 a participação direta da sociedade civil. Por fim, o **Sr. Alberto Silva** avaliou que as
482 Oficinas Regionais para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e
483 Comunidades Tradicionais seria uma ótima oportunidade para apresentar e debater junto

484 aos participantes as questões relacionadas tanto ao PNPMF quanto à inserção das
485 plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde - SUS, sendo que tal
486 debate poderia se dar em reuniões de trabalho ~~a serem~~ realizadas nos intervalos das
487 atividades das Oficinas. Disse que tal oportunidade seria impar tendo em vista que o
488 prazo máximo para a finalização da proposta do Programa Nacional de Plantas
489 Medicinais e Fitoterápicos ~~ocorrerá se dará~~ no mês de outubro. Solicitaram a palavra, **Jô**
490 **Brandão, Pedro Ramos de Souza, Arnaldo Neves Júnior, e Raimundo Konmannanjy.**
491 Jô Brandão afirmou que o tema é, sem dúvida, relevante e de interesse dos povos e
492 comunidades tradicionais, entretanto, questionou o fato do mesmo só estar sendo levado
493 ao conhecimento da Comissão Nacional no final do processo de debates para a
494 elaboração do Programa, razão pela qual considera que se existe real interesse na
495 participação dos povos e comunidades tradicionais neste debate, o GTI deveria também
496 ser composto por representantes destes segmentos, assim como o prazo para a
497 elaboração do Programa deveria ser revisto de modo a possibilitar uma participação
498 efetiva ~~para-ada~~ sociedade civil. Quanto à possibilidade de serem realizadas reuniões de
499 trabalho durante as Oficinas Regionais, **Raimundo Konmannanjy** ponderou que não
500 achava a medida adequada, pois todo o processo de organização das Oficinas já está
501 sendo debatido ~~a-à~~ bastante tempo e acredita que, devido à complexidade do próprio
502 tema das Oficinas, a introdução de um novo assunto – PNPMF – poderia gerar uma
503 grande confusão ~~para-osaos~~ participantes. Além do mais, seria misturar assuntos que,
504 embora tenham uma certa interface, encontram-se em estágios de amadurecimento
505 diferentes o que agrava ainda mais a possibilidade de os participantes, além de exaustos
506 com as atividades já previstas para as Oficinas, terminem confundindo os temas, o que
507 prejudicaria ambos os trabalhos. **Pedro Ramos de Souza e Arnaldo Neves Júnior**
508 concordaram com as ponderações feitas por **Josilene Brandão e Raimundo**
509 **Konmannanjy**, enfatizando que a melhor alternativa seria garantir a extensão do prazo e
510 a abertura para a participação da sociedade civil no processo de construção do Programa
511 Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. **Valmir Parintintim**, solicitou à Secretaria
512 Executiva que ficasse registrado em ata que os Povos Indígenas se retiraram ~~destaa~~
513 reunião por haver, dentro do movimento indígena, especialmente ~~quando da a-~~realização
514 da 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, o entendimento
515 de que estes povos não dialogarão mais sobre o uso dos conhecimentos tradicionais
516 associados à biodiversidade, principalmente no caso dos conhecimentos relativos às

517 | plantas medicinais, em razão do histórico de apropriação indevida destes saberes por
518 | outros setores da sociedade. Retomado o debate, **Josilene Brandão** propôs aos
519 | presentes que fosse elaborada uma moção, a ser encaminhada ao GTI, com as
520 | seguintes [reivindicações](#) [reivindicações](#): ampliação do prazo e participação da
521 | sociedade civil no GTI ou [participação](#) em uma câmara técnica criada para o diálogo com
522 | este setor. A moção foi redigida e assinada pelos presentes, ficando a Secretaria
523 | Executiva responsável por encaminhá-la ao Grupo de Trabalho Interministerial.
524 | Retomando a pauta, o **Sr. Aderval Costa Filho** abriu a palavra aos membros e, não
525 | havendo mais manifestações, deu por encerrada a reunião, a qual foi celebrada pela **Sra.**
526 | **Marcia Guelpa** e pelo **Sr. José Carlos da Silva** às 19h10min. Eu, **Teresa Cristina**
527 | **Moreira**, por solicitação da Presidência, lavrei a presente ata.

528

529

530

531

532

Heliana Kátia Campos

Gilney Viana

533

Presidente

Secretário-Executivo